

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.493.093 - SP (2019/0118322-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **DAVID KASSOW**
AGRAVANTE : **PEDRO RIBEIRO BRAGA**
AGRAVANTE : **CAMILA CASTILHO LOPES**
ADVOGADOS : **DAVID KASSOW (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS - SP162150**
PEDRO RIBEIRO BRAGA (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS -
SP182870
KARLA RODRIGUES PENNA - SP311240
AGRAVADO : **WAGNER ANTONIO LOPES**
ADVOGADOS : **ROBINSON LAFAYETE CARCANHOLO - SP185363**
ELYDIO GALVANI JUNIOR - SP183844

DECISÃO

Trata-se de agravo interno (e-STJ fls. 689/696) interposto contra decisão da Presidência desta Corte (e-STJ fls. 684/686) que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial.

Em suas razões, os agravantes sustentam o prequestionamento do art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC/2015 e pugnam pela fixação dos honorários advocatícios em percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da causa.

Ao final, pedem a reconsideração da decisão monocrática ou a apreciação do agravo pelo Colegiado.

O agravado não apresentou contrarrazões (e-STJ fl. 699).

É o relatório.

Decido.

O efeito regressivo do agravo regimental possibilita ao relator verificar a pertinência da manutenção do provimento monocrático, independentemente dos limites da insurgência.

Sendo a cognição dos recursos matéria de ordem pública, cabe ao juízo verificar, no julgamento do reclamo, a existência dos requisitos de admissibilidade. Nada impede, portanto, a revisão da admissibilidade da insurgência. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. EFEITO REGRESSIVO. EXECUÇÃO. ALONGAMENTO DA DÍVIDA RURAL. DIREITO DO DEVEDOR. OBRIGATORIEDADE DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS.

AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O agravo regimental, espécie do gênero agravo, tem, além do efeito devolutivo, o efeito regressivo, que autoriza o relator a reconsiderar a decisão.

(...)

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AgRg no Ag n. 834.852/MG, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 18/8/2015, DJe 4/9/2015.)

Cuida-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial sob os seguintes fundamentos: (a) falta de comprovação do dissídio jurisprudencial, e (b) aplicação da Súmula n. 7 do STJ.

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 589):

Processual civil. Abandono de causa. Inércia no recolhimento das custas processuais. Não obstante divergência nas intimações antes realizadas, o autor foi novamente intimado a fim de afastar a alegação de nulidade. Falta de cumprimento da determinação judicial, o que levou, corretamente, à extinção da demanda. Insurgência do autor em relação à decisão que acolheu a impugnação ao valor da causa. Majoração do valor que observou o disposto no art. 292, II, do CPC. O art. 292, § 2º, do Novo CPC não se aplica à hipótese de revisão do contrato. Honorários advocatícios arbitrados em 15% do valor da causa, superando mais de R\$ 800 mil. Valor excessivo, desbordando dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Possibilidade de arbitramento por equidade, nos termos do § 8º do art. 85 do CPC. Honorários reduzidos para R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), suficientes para remunerar de forma adequada o trabalho dos advogados da ré e proporcional à natureza e duração da causa. Recurso parcialmente provido.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 595/611), fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da CF, os recorrentes alegaram violação do art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC/2015, bem como divergência jurisprudencial, argumentando que deve ser restabelecida a "sentença de Primeiro Grau que fixou os honorários advocatícios em 15% sobre o valor da causa ou, alternativamente, fixando-os entre 10% e 20% do valor da causa" (e-STJ fl. 610).

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 646).

O agravo (e-STJ fls. 651/660) refuta os fundamentos da decisão agravada e alega o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Não foi apresentada contraminuta (e-STJ fl. 680).

Cuida-se, na origem, de ação denominada revisional de contrato cumulada com declaratória de quitação, ajuizada pelo ora recorrido contra os ora recorrentes.

O Magistrado de primeiro grau decidiu que, "Diante da inércia do autor no tocante à impugnação ao valor da causa, um dos itens relacionados na contestação, acolho-a para fixar o valor da demanda em R\$ 5.335.407,36 (cinco milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e sete reais e trinta e seis centavos)" (e-STJ fl. 358).

A ação foi extinta sem julgamento do mérito em 14/8/2017, com fundamento no art. 485, III, do CPC/2015, sendo o autor condenado ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 15% (quinze por cento) do valor da causa (e-STJ fls. 505 e 512).

O Tribunal de origem deu provimento à apelação interposta pelo autor, nos termos da ementa transcrita, afastando a aplicação dos honorários advocatícios sobre o valor da causa e os arbitrando por equidade. Para tanto, a Corte *a quo* entendeu que (e-STJ fls. 592/593):

Por fim, no que tange à sucumbência fixada na sentença 15% sobre o valor da causa assiste razão ao autor ao afirmar que o valor é excessivo.

Com efeito, o arbitramento dos honorários com base no valor da causa resulta em montante (mais de R\$ 800 mil) absolutamente desproporcional ao trabalho profissional

desenvolvido pelos advogados da ré, à natureza da causa e ao tempo de duração do processo, desbordando dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Diante desse quadro, a despeito da literalidade da norma do § 8º do art. 85 do CPC/2015 os honorários advocatícios devem ser arbitrados por equidade, tal como já vem se manifestando a jurisprudência desta Corte (cf., p. ex., ...), razão pela qual são reduzidos para R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), quantia que por um lado remunera de forma adequada o trabalho desenvolvido pelos advogados da ré e de outro evita que ocorra enriquecimento indevido.

Relatado o processo, conclui-se pelo prequestionamento da matéria – a afastar o óbice da Súmulas n. 282 e 356 do STF.

Quanto à regra de aplicação dos honorários advocatícios, a Corte Especial, na apreciação dos EAREsp n. 1.255.986/PR (Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, julgado em 20/3/2019, DJe 6/5/2019), definiu a data da sentença como o marco temporal para a aplicação das regras de sucumbência fixadas pelo CPC/2015. Esta a ementa do julgado:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. DIREITO INTERTEMPORAL: ART. 20 DO CPC/1973 VS. ART. 85 DO CPC/2015. NATUREZA JURÍDICA HÍBRIDA, PROCESSUAL E MATERIAL. MARCO TEMPORAL PARA A INCIDÊNCIA DO CPC/2015. PROLAÇÃO DA SENTENÇA. PRESERVAÇÃO DO DIREITO ADQUIRIDO PROCESSUAL.

1. Em homenagem à natureza processual material e com o escopo de preservar os princípios do direito adquirido, da segurança jurídica e da não surpresa, as normas sobre honorários advocatícios de sucumbência não devem ser alcançadas pela lei processual nova.
2. A sentença (ou o ato jurisdicional equivalente, na competência originária dos tribunais), como ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios, deve ser considerada o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC/2015.
3. Assim, se o capítulo acessório da sentença, referente aos honorários sucumbenciais, foi prolatado em consonância com o CPC/1973, serão aplicadas essas regras até o trânsito em julgado. Por outro lado, nos casos de sentença proferida a partir do dia 18.3.2016, as normas do novel diploma processual relativas a honorários sucumbenciais é que serão utilizadas.
4. No caso concreto, a sentença fixou os honorários em consonância com o CPC/1973. Dessa forma, não obstante o fato de o Tribunal de origem ter reformado a sentença já sob a égide do CPC/2015, incidem, quanto aos honorários, as regras do diploma processual anterior.
5. Embargos de divergência não providos.

Assim, prolatada a sentença em 14/8/2017 (e-STJ fl. 505), deve ser aplicado o CPC/2015.

Em relação aos limites dos valores dos honorários advocatícios sucumbenciais, o § 2º do art. 85 do CPC/2015 previu – como regra geral – que "Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos: I - o grau de zelo do profissional; II - o lugar de prestação do serviço; III - a natureza e a importância da causa; IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço".

Conforme o § 6º do art. 85 do referido código, tais limites são aplicáveis "independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito".

O CPC/2015 considera a equidade, como parâmetro para fixação dos honorários advocatícios, uma regra de exceção, aplicável tão somente nas hipóteses "em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo" (§ 8º do art. 85). Apenas em tais casos, o magistrado não fica adstrito aos limites percentuais estabelecidos pelo § 2º do art. 85.

Nesse sentido, a Segunda Seção, quando da apreciação do REsp n. 1.746.072/PR (Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, Relator para Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, julgado em 13/2/2019, DJe 29/3/2019), asseverou que o § 2º do art. 85 do CPC/2015 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de modo que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento. Confira-se a ementa do julgado:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação

subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido.

No referido julgado da Segunda Seção, proferi voto destacando que:

(...) a par da impossibilidade de se aplicar critérios de equidade nas hipóteses não expressamente previstas em lei (CPC/2015, art. 140, § ún.), o Código de Processo Civil vigente é expresso em dispor que os limites percentuais previstos em seu art. 85, § 2º, aplicam-se "*independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito*" (§ 6º). Cito, a propósito:

(...)

De fato, o texto legal evidencia a inequívoca vontade do legislador em balizar os limites percentuais mínimo e máximo para o cálculo dos honorários advocatícios – incidentes sobre o valor da condenação, o proveito econômico ou o valor da causa, sucessivamente nessa ordem –, outrossim limitando, sem margem para dúvidas ou interpretação, as hipóteses nas quais autorizou o magistrado arbitrar a verba sucumbencial por apreciação equitativa.

Ao intérprete não é dado elastecer a letra da lei para dela extrair comando contrário a sua própria essência. *In claris cessat interpretatio*, reza o antigo brocardo, sem embargo, evidentemente, do dever do magistrado aplicar a norma de forma casuística, moldando-a – todavia não a corrompendo, revogando-a ou alterando-a segundo sua vontade ou valores pessoais – ao caso concreto. (...)

O valor da causa decidido na impugnação é de "R\$ 5.335.407,36 (cinco milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e sete reais e trinta e seis centavos)" (e-STJ fl. 358), e os ora agravantes pleitearam honorários em percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da causa.

Nesse contexto, em atenção aos limites mencionados no REsp n. 1.746.072/PR, a insurgência merece provimento, para arbitrar a verba honorária em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa.

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo interno para RECONSIDERAR a decisão da Presidência desta Corte de fls. 684/686 (e-STJ) e CONHECER do agravo nos próprios autos, a fim de DAR PROVIMENTO ao recurso especial, fixando os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator